

O AMBIENTALISMO COMO INTERDISCIPLINA SOCIOCULTURAL E PENSAMENTO COMPLEXO

Antonio Teixeira de BARROS¹

■ **RESUMO:** Este artigo analisa o ambientalismo como interdisciplina sociocultural e pensamento complexo, o que significa entendê-lo como área de conhecimentos relacionada com diversos campos das Ciências Sociais. Isso implica visão multirreferenciada dos sistemas sociais, da cultura e da natureza, resultando em um tecido de constituintes simbólicos heterogêneos. Toma como referente concreto o pensamento ambiental desenvolvido no contexto brasileiro, em sua vertente multissetorial, caracterizada pelo envolvimento de múltiplos atores e discursos sociopolíticos. Em suma, trata-se de um pensamento social que implica a construção de sentidos coletivos e de identidades compartilhadas no âmbito de uma complexidade marcada pela redefinição de sentidos e valores.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade e cultura. Ambiente e sociedade. Interdisciplina sociocultural. Complexidade e ecológica.

Introdução

O ambientalismo reúne, desde suas primeiras manifestações, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, conhecimentos e referências dos mais diversos campos do conhecimento, tais como Biologia, Economia, Antropologia, Sociologia, Economia e Ciência Política. Oficialmente, a preocupação com o meio ambiente, em nível internacional, começou a ser expressa nas primeiras décadas do século XX, em decorrência das discussões sobre as consequências da I Guerra Mundial, especialmente devido ao

¹ Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Programa de Mestrado em Ciência Política. Brasília – DF – Brasil. 70160-900 – antonibarros@gmail.com

uso de substâncias químicas. Esse olhar se caracterizou como a visão de especialistas de áreas distintas de conhecimento e já mostrava a necessidade de uma interdisciplina social de natureza complexa. Assuntos como proteção da fauna e da flora, combate à poluição, desenvolvimento sustentável, gestão de resíduos sólidos, análise de impactos ambientais e aquecimento global passaram a requerer explicações de diversas áreas científicas. Foi dessa constatação que surgiu a ideia de analisarmos o ambientalismo como interdisciplina social e cultural, devido à complexidade contida nessa abordagem, na perspectiva de Edgar Morin (1994). Afinal, a crise ambiental afeta também a razão, o pensamento social, o conhecimento político, as práticas culturais e o comportamento humano.

Nas primeiras décadas do século XX, a ecologia² era tratada de forma episódica e fragmentada, mas com o passar do tempo, tornou-se um supertema da agenda social e cultural, especialmente após os anos de 1970, ao romper a lógica de assunto eventual da agenda pública para se tornar problemática sociopolítica com abordagem continuada, complexa e recorrente (GUIMARÃES, 1986). Atualmente, os debates sobre ambiente abrangem assuntos diretamente relacionados ao cotidiano do cidadão, como a coleta seletiva de lixo, o desperdício de água, a redução do consumo de energia elétrica nos domicílios, o uso de combustíveis fósseis nos automóveis etc. Contudo, essa abordagem é recente, o que justifica a necessidade de se analisar como se deu a evolução dessa temática e como os assuntos enfocados sob uma perspectiva única de conhecimento foram adquirindo nuances multifacetadas de interdisciplina e de pensamento complexo.

O pressuposto que norteia o estudo é o de que os discursos sociais sobre ambiente não devem ser entendidos como produção autônoma, uma vez que se reportam às concepções e saberes produzidos por diversos atores sociais, políticos e culturais (instituições estatais, partidos políticos, entidades científicas, movimentos sociais e ambientalistas). Além da diversidade de atores, o debate público passou a incorporar diferentes fatores relacionados aos temas ambientais (fatores naturais, políticos,

² Cabe esclarecer que o termo inicial utilizado para se referir ao pensamento verde era “ecologia”. Contudo, com o passar do tempo, passou-se a preferir “ambientalismo”. Conforme Pádua (1986), o sentido do primeiro situava-se mais no campo do meio natural, enquanto o segundo passou a englobar a cultura e a sociedade. Em suma, no primeiro caso havia certa conotação de externalidade (mundo exterior), enquanto o segundo inclui o homem, a cultura, a sociedade. É nesta acepção que os dois conceitos são utilizados neste trabalho.

econômicos, culturais, ideológicos). Trata-se, portanto, de um discurso condicionado por múltiplos fatores e atores sociais, culturais e políticos, com suas diversidades em termos de lógicas de ação e de reação.

No que se refere às diferentes visões sobre ecologia, que podem ser consideradas antecessoras do discurso contemporâneo com as nuances de interdisciplina, o debate se concentra, basicamente, nos seguintes polos: a produção científica, os pronunciamentos oficiais, os manifestos das organizações ambientalistas e as críticas de partidos políticos. Cabe ressaltar que o Estado exerceu papel reativo, na esteira da divulgação científica, da intervenção das entidades ambientalistas, e da atuação de partidos políticos calcados na ideologia conservacionista. A polarização entre essas vertentes e o discurso oficial ocorreu com maior intensidade nas primeiras fases do ambientalismo brasileiro, marcado pela dicotomia entre os diagnósticos e prognósticos negativos da comunidade científica e os pronunciamentos do Estado voltados para a produção do consenso.

Nessa ordem de ideias, a produção de uma suposta concepção consensual do Estado sobre ecologia tem como objetivo estratégico induzir a sociedade a um tom conciliatório, como estratégia para neutralizar as possíveis atitudes céticas ou contestatórias em relação à eficiência do aparato estatal, em termos de política ambiental. Com isso, o Estado procurou imprimir na opinião pública a ideia de que está sendo operante, do ponto de vista do controle ambiental, devido às críticas em relação à gestão dos biomas considerados de relevância internacional, especialmente no caso da Amazônia. As organizações ambientalistas também exerceram maior pressão no Brasil, sobretudo aquelas de caráter internacional, como o *Greenpeace* e as entidades brasileiras que funcionam com o respaldo de instituições estrangeiras, como o WWF Brasil e a S.O.S Mata Atlântica, entre outras.

Ao discurso oficial, contrapõem-se as pesquisas científicas e as manifestações de entidades de defesa do ambiente, partidos políticos verdes e organizações não-governamentais do ambiente, que constituem uma forma diferente de interpretar os fatos ecológicos. As análises das Ciências Sociais estendem os questionamentos do campo ambiental a um contexto sociopolítico mais amplo, pondo em xeque todo o sistema mundial de produção,

por entenderem que a racionalidade ambiental abriu caminhos para a reorganização do mundo social (LEFF, 2009). As análises científicas se propõem ainda a criticar o estilo de vida e o modo de produção na sociedade industrial, como é o caso das Ciências Sociais. No Brasil foi desse ramo das ciências que surgiram relevantes contribuições no que respeita às consequências da exploração indiscriminada de recursos naturais e acerca dos riscos da poluição urbana (MACULAN, 1995). Inicialmente, as sociedades científicas de maior relevância no âmbito ecológico mantiveram sua filiação às Ciências da Natureza. O tom político dos debates ficou sob a responsabilidade dos ambientalistas militantes e não dos cientistas (PÁDUA, 1986). Essa trilha hermenêutica de politização foi fortalecida com a atuação de jornalistas militantes da causa ecológica (SCHWAAB, 2012).

Isso mostra que, historicamente, considerando-se as principais vertentes do discurso ecológico (oficial, científico e sócio-político-ambientalista), do ponto de vista qualitativo, os estudos ambientais tendem a identificar a produção científica como a mais relevante para o caráter interdisciplinar do ambientalismo, o que se explica pelos arranjos da comunidade científica para a construção da interface entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. Afinal, tanto o discurso oficial quanto o das organizações ambientalistas surgem em decorrência dos estudos científicos sobre temas ecológicos, uma característica comum no contexto brasileiro.

Em suma, do ponto de vista teórico, o pensamento ambiental brasileiro recebeu interferências diretas da agenda global, em função do contexto político e da atuação de organismos internacionais (ONU e Clube de Roma), das organizações não-governamentais, das universidades e dos partidos políticos (VIOLA; LEIS, 1992). Ainda nessa perspectiva, a divulgação de temas ambientais recebe influências pessoais (líderes ambientalistas, cientistas, artistas e políticos), ideológicas, culturais, históricas e tecnológicas. A conjunção desses fatores resulta nos efeitos cognitivos e comportamentais sobre a opinião pública (CRESPO, 2005). A escolha desse enfoque analítico se justifica pela relevância social que o ambientalismo adquiriu nas últimas décadas, tanto no âmbito da atuação de instituições científicas e governamentais, quanto na cobertura de imprensa e nas pesquisas acadêmicas.

O argumento que guia a discussão está ancorado na tese do ambientalismo como interdisciplina sociocultural do ponto de

vista hermenêutico, ou seja, como um quadro de referência para a análise do pensamento ecológico (BARROS, 2012). Isso, contudo, não significa entendê-lo como algo homogêneo e monolítico. Trata-se de um quadro hermenêutico de referência que comporta múltiplas aberturas e permeabilidades, além de dinâmicas próprias, específicas e localizadas, a partir das estruturas dos diferentes campos de práticas ambientais, com suas relações de conflitos e alianças, segmentações e centralizações, decorrentes de suas respectivas lógicas de ação e seus sistemas de hierarquização e dispersão. Toda essa complexidade de relações práticas situadas entre o consenso e o conflito (LIPSET, 1985), entretanto, tem como orientação cognitiva o discurso ecológico que remete para um horizonte simbólico capaz de amalgamar e reunir as diferentes identidades militantes e os variados sistemas políticos e burocráticos de gestão das amplas agendas socialmente ambientalizadas (FIGUEIREDO, 1989; BARROS, 1986). Segundo esse raciocínio, o plano da interdisciplina situa-se no nível do ideário normativo que molda o *ethos ambiental*. É dessa orientação normativa que derivam as escalas valorativas para a condução da agenda planetária e suas interconexões com as agendas contextualizadas, em seus diferentes níveis: hemisféricas, setoriais, regionais, estaduais, municipais e comunitárias. As relações contenciosas, por sua vez, são resultantes dos processos socioculturais de constituição dos códigos valorativos que orientam as condutas políticas e as práticas ambientais, a partir da interpretação subjetiva que os atores sociais atribuem às suas próprias ações e às posturas, discursos e práticas dos demais atores do amplo, complexo e polinucleado campo ambiental.

O texto está dividido em três partes que se complementam. A primeira apresenta as características do ambientalismo como interdisciplina e condição para o pensamento complexo, detalhadas na sequência. Por fim, o ambientalismo multissetorial é tomado como exemplo e expressão da interdisciplina e da complexidade, nos termos utilizados pelo pensador francês, Edgard Morin. A análise das dinâmicas sócio-históricas tem como objetivo demonstrar empiricamente como a dimensão teórica interdisciplinar orientou a difusão das diferentes concepções ecológicas gestadas no interior dos movimentos do campo ambientalista, com suas pluralidades e lógicas de produção social de consensos e dissensos, alianças e disputas, centralização e segmentação.

O ambientalismo como interdisciplina

Desde que a Ecologia foi reconhecida como ciência, a partir das contribuições do cientista alemão Ernst Haeckel publicadas em 1869, passou a ser entendida e aceita como a ciência das relações entre os seres vivos e seu meio, concentrando-se principalmente no estudo de problemas locais, circunscritos a ecossistemas específicos, com pouca importância dada às diversas interações com a vida social. Posteriormente, passou-se a falar em ciências ambientais, as quais necessitariam se integrar para formar uma ciência da biosfera, entendendo-se esta como algo mais abrangente, voltada para a globalidade da questão ecológica. Mas,

que gênero de ciência pode explicar os vínculos complexos entre a vida e seu meio, em escala planetária? O desenvolvimento de uma nova ciência da biosfera é um desafio primordial para as próximas décadas. Se a vida e a biosfera são indissociáveis, as ciências de que nos servimos também precisam sê-lo. No passado, disciplinas isoladas analisaram aspectos separados desse sistema. Os biólogos estudavam a divisão e as características da vida na Terra, mas quase sempre sem estabelecer a ligação entre elas e os processos ambientais globais. Por sua vez, os que estudam a atmosfera não costumavam dar atenção ao eventual efeito da vida sobre o clima. A nova ciência a nascer terá de integrar essas disciplinas e muitas outras (BOTKIN, 1992, p.20).

No âmbito das Ciências Sociais, postula-se ainda que o ambientalismo constitui um novo paradigma social, que renova as concepções políticas, dada a derrocada do socialismo e a tendência à globalização. Afinal, trata-se de um movimento que, além de multidisciplinar, é planetário, o qual parte do pressuposto de que o ambiente designa não tanto um objeto específico (natureza, espaços naturais, paisagens, assentamentos), mas uma relação de interdependência" (VIEIRA, 1995, p.49). O conjunto de fatores físico-químicos e biológicos é tomado como associado a elementos de ordem sociocultural. Há, pois, uma concepção de interrelacionamento entre os sistemas socioculturais e seu substrato biofísico, "numa hierarquia de níveis de organização que se estende do local ou comunitário ao global ou ecosférico" (VIEIRA, 1995, p.49). Tal concepção retoma o paradigma sistêmico, numa tentativa de unir as

diversas disciplinas científicas que compõem o “campo disperso e controvertido da ecologia humana” (VIEIRA, 1995, p.51). É neste sentido que o ambientalismo passou a ser entendido como uma interdisciplina, ou seja, uma área de conhecimentos que se relaciona com diversos outros campos de saberes, embora tal relação não seja necessariamente harmoniosa.

Durante a primeira metade do século XX, o discurso ecológico esteve separado do pensamento político, econômico e social. Com a intensificação do debate sobre o tema passou-se a postular que o discurso ecológico é essencialmente político. Antes de se reduzir a questões a argumentos técnicos para a tomada de decisões racionais, há que se negociar alianças entre os distintos grupos sociais capazes de impulsionar as transformações necessárias (GUIMARÃES, 1986).

Nessa trajetória de afirmação política do ambientalismo, os estudos no âmbito das Ciências Sociais foram imprescindíveis para ampliar a própria concepção de ecologia. O pensamento de Felix Guatari (1993) reitera a tese da interdisciplina aqui adotada. O autor refere-se à existência de três ecologias: a do ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana, todas sob a égide ético-estética da *ecosofia social*, sendo que esta *ecosofia* consiste em desenvolver práticas específicas que tendem a modificar e a reinventar modos de ser e estilos de viver, seja no âmbito familiar, no contexto urbano, no trabalho, no lazer e no pensamento político.

Nessa ordem de ideias, as transformações contínuas na esfera privada e na esfera pública promovem uma relação da subjetividade humana com sua exterioridade, seja ela social, animal, vegetal ou cósmica, “que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva” (GUATARI, 1993, p.8). As formações políticas e as instâncias executivas parecem incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações, pois concentram-se na perspectiva tecnocrática, já que a abordagem limita-se ao campo dos danos industriais, “ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo *ecosofia* – entre três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões” (GUATARI, 1993, p.8).

Por essas razões, defende o autor citado, em sintonia com o escopo analítico de Morin (1973, 1991a, 1991b) que a natureza

não deve ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecanosfera (tudo o que compõe a vida orgânica) e universo de referências sociais e individuais, na perspectiva de um pensamento social e cultural complexo. Isso porque o chamado *capitalismo pós-industrial* ou *capitalismo mundial integrado* tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de atenção das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia. Por essa razão, a trajetória e a militância profissional de jornalistas que se especializaram em ambiente se tornou tão relevante como mostram os estudos de Pereira Rosa (2006) e Reges Scwaab (2012).

Morin chama a atenção ainda para o fato de que a compreensão social da ecologia³ requer uma consciência que exige policompetências; a visibilidade que o tema adquiriu nos mostra que, ao contrário do dogma da hiperespecialização, há um conhecimento organizacional global que só ele é capaz de articular, através de competências especializadas, para compreender as realidades complexas. Em outra obra, Morin (1973) lembra que Marx pôs no centro da Antropologia não o homem social ou cultural, mas o “homem genérico”, sugerindo que a análise da vida social contemporânea não deve levar em conta apenas a perspectiva analítica da Economia. A Ecologia é entendida por Morin como uma ciência aberta, que está tentando produzir uma síntese pluridisciplinar, destacando-se a contribuição de cientistas naturais e sociais de diversos campos, como Biologia, Botânica, Climatologia, Oceanografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Geografia e outras.

Na obra de Morin, a ecologia também é apontada como articuladora de novos conceitos no âmbito da Teoria do Conhecimento, devido à sua posição de interdisciplina paradigmática no contexto histórico recente, resultado da conexão de vários ramos do saber científico. Assim, o pensamento ecológico passou a exercer o papel de protagonista e articulador de um tipo de conhecimento científico de natureza multi e interdisciplinar. Isso porque a Ecologia tem como objeto de estudo as interações entre todas as espécies de seres vivos, com o seu *habitat* e com o meio social, ocupando-se ainda do estudo

³ Edgar Morin prefere o termo “ecologia” no lugar de “ambiente”, por entender que expressa com mais nitidez a complexidade da dimensão relacional e a natureza de interdisciplina do pensamento ecológico (MORIN, 1973, 1991a, 1991b).

da racionalidade (*logos*) desse complexo domínio socioambiental, seus discursos (*lexis*), suas lógicas de ação (*praxis*) e as formas de poder nelas implicadas (*kratos*).

Essa visão sobre Ecologia modificou as formas de pensamento no que concerne à maneira de conceber a natureza, a sociedade, a cultura e o próprio horizonte de compreensão social do homem contemporâneo, na sua dimensão de sujeito cultural que (re)produz e (re)define saberes, sentidos, valores e identidades. Sob esse ângulo de análise, a natureza não é mais vista apenas como algo que o ser humano deve conhecer para dominar e controlar; como fonte de provisão de matérias-primas para a indústria e a reprodução das condições materiais de vida. A sociedade passou a ser encarada como parte do contexto natural; um sistema socionatural complexo, integrando homem, natureza e cultura. Esta última deixou de ser concebida apenas como o corpo de conhecimento erudito sobre filosofia e arte, por exemplo. As ideias ecológicas tiveram um papel fundamental na valorização de outras formas de conhecimento, sobretudo os saberes empíricos do *mundo vivido*, resultantes das práticas e vivências dos campos experienciais do cotidiano. Toda essa constelação de saberes está diretamente relacionada com a sobrevivência do gênero humano, como é o caso do debate social recente sobre poluição, energias limpas e aquecimento global, por exemplo. Afinal,

o diálogo de saberes se produz no encontro de identidades. É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. O ser, para além de sua condição existencial geral e genérica, penetra o sentido das identidades coletivas que constituem o crisol da diversidade cultural em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, do qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável (LEFF, 2009, p.19).

Como se observa no trecho supracitado, conceitos antropológicos e sociológicos são retomados na análise do pensamento ambiental, como é o caso da solidariedade social – transgeracional, conceito recorrente na obra de Durkheim (1983), uma vez que esse novo tipo de solidariedade social proposto

pela Ecologia é calcado em alguns valores morais básicos como a revalorização do coletivo, a adoção de sanções e penas aos que degradam o meio ambiente e a preservação do que é de uso comum. Enfim, trata-se do engendramento de uma nova concepção simbólica e cultural, calcada em valores pós-materialistas e sentidos não-imediatistas; alguns até contrários à moderna ideologia econômica consumista e ao individualismo. Embora não possamos ignorar que

não se pode entender a notável expansão do ecologismo fora da reciclagem em curso do capitalismo mundial (...). O próprio estímulo ao aumento do consumo individual enfrenta sérios problemas de economias de escala nos países desenvolvidos (BENJAMIN, 1993, p.151).

Afinal, a proteção ambiental

está se tornando a principal área de investimentos para um sistema ávido por alternativas de reciclagem e esperto demais para perder oportunidades que combinem negócios e ideologia vendáveis no mundo inteiro (BENJAMIN, 1993, p.152).

Não obstante, o mesmo autor questiona o lugar do ecologismo nas Ciências Sociais: "(...) questiono a possibilidade de que o ecologismo traga uma renovação das ciências sociais e coloco em dúvida a existência (...) de alternativas de conjunto à crise da nossa sociedade" (BENJAMIN, 1993, p.149).

Ainda sob o enquadramento das ciências sociais, a Ecologia é encarada no âmbito da relação indivíduo x sociedade, traço marcante da tradição antropológica e sociológica. O pensamento social engendrado sob a égide da ecologia procura dissipar essa antinomia, visto que a natureza e o planeta Terra são referências essencialmente coletivas para o horizonte de compreensão atual. Essa vertente toma como cenário principalmente o meio urbano, uma vez que o discurso ecológico remete a um modo de pensar segundo o qual a problemática ambiental urbana está defrontando o homem moderno com a necessidade de novas posturas, baseadas no compromisso com toda a coletividade urbana e não em nossas facilidades individuais e nos privilégios de minorias.

O ambientalismo como pensamento social e cultural emergente é apontado ainda como resposta à crise moral, ética

e política do mundo moderno; um mundo ameaçado por suas desigualdades, seus desperdícios e sua superpopulação. Do ponto de vista social, as consequências se refletem em uma sociedade de desigualdades discrepantes e progressivamente diferenciadas, resultado de um longo processo histórico de produção do subdesenvolvimento – da revolução agrícola (progresso na produção agrícola x degradação dos ecossistemas) à revolução industrial (aumento do fosso entre riqueza e miséria). É com razão, portanto, que Sachs (1986) situa a emergência do pensamento ambiental e suas repercussões sociais no contexto de um mundo traumatizado pela crise dos anos de 1930, pelo surgimento do campo socialista e pela emergência do Terceiro Mundo, com seus sentidos sociais característicos, além de manifestações culturais típicas dessa síntese histórica, como a contracultura e o antibelicismo.

Nesse cenário, o principal desafio das Ciências Sociais é a diversidade de abordagens sobre ambiente e a abrangência das análises, o que pode ser considerado positivo pela amplitude, mas problemático do ponto de vista do aprofundamento do conhecimento especializado desse campo. Assim, os estudos sociológicos, antropológicos e políticos podem ser comprometidos não só pela natureza ensaística e pela falta de rigor empírico, mas também pelas abordagens demasiadamente genéricas, como indicam as denominações “sociologia do ambiente” ou “antropologia do ambiente”, como se todas as temáticas ambientais coubessem em uma única área de estudos, contrariando a lógica da complexidade e da interdisciplina. É necessário ressaltar, portanto, que seu caráter de amálgama de vários saberes e culturas abriu caminhos plurais para o desenvolvimento de ideias inovadoras e para a gestação de novas formas de organização dos movimentos ambientalistas, como veremos a seguir.

Da interdisciplina à complexidade

Este tópico tem como objetivo oferecer elementos heurísticos para a discussão realizada na sequência sobre as dinâmicas sociais, históricas e políticas dos movimentos ambientais. O objetivo aqui é fundamentar o debate acerca das distintas identidades e estratégias de militância ecológica, além dos mecanismos institucionalizados de difusão do ideário da

sustentabilidade no âmbito do Estado, da comunidade científica e das próprias organizações do terceiro setor.

Como primeiro passo, cabe esclarecer que as redefinições e reconfigurações do ambientalismo, que conduziram à sua constituição como interdisciplina, devem ser analisadas como essenciais para as mudanças de rumo que resultariam no pensamento social e político e nas práticas ambientalistas. A difusão das idéias sobre pensamento complexo, a partir das contribuições do pensador francês Edgar Morin, também deve ser considerada, uma vez que essa visão se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar e multirreferenciada sobre os sistemas sociais, a cultura, as identidades, a educação e a natureza, resultando em um “tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados” (Morin, 1994). Assim, o principal argumento para considerar o ambientalismo como pensamento complexo é o fato de que o mesmo rompe com a dicotomia indivíduo x sociedade. Segundo Morin (1973), a complexidade, neste caso, deve-se sobretudo à inclusão de outros elementos, o que resulta no seguinte esquema: *espécie* → *indivíduo* → *sociedade* → *cultura* → *natureza*.

Para o autor citado, existe um “*ambissistema*” biossocial e cultural que se insere em um “*ambissistema*” socioindividual. Em outras palavras, a questão ecológico-ambiental não apresenta apenas aspectos biológicos, nem apenas sociais, mas um conjunto de fatores que forma um sistema complexo e contraditório de elementos naturais, humanos, coletivos, individuais, culturais, simbólicos, econômicos e políticos. Aqueles que parecem puramente naturais (quando assim o são tomados) se contradizem com aqueles cujos aspectos sociais e culturais são ressaltados. Esses, por sua vez, estabelecem uma relação contraditória quando se pensa, por exemplo, nos aspectos econômicos. Enfim, é possível desenvolver uma rede de contradições entre esses fatores, dependendo do enfoque analítico. O pensamento de Morin tenta relacionar todos eles, sem construir uma hierarquia padrão.

Um exemplo disso é quando o referido autor analisa o processo de “colonização” da ecologia pela economia. Para ele, as relações econômicas constituem decorrência das relações ecológicas predominantes na organização da “*paléo-société*”. A extração de recursos naturais constituiu a base da economia moderna, capitalista. O extrativismo vegetal e mineral só foi

possível devido à relação do homem com a natureza, com o seu meio ambiente. E isso só foi possível devido ao desenvolvimento de relações entre os indivíduos e as instituições, ou seja, a criação de um tipo de cultura que resultou em um modo de produção. Essa concepção econômica, que passou a atribuir valores de mercadoria aos produtos naturais, é consequência do desenvolvimento da relação do homem com o meio natural, inclusive do conhecimento que o homem foi capaz de acumular sobre o meio natural e sobre seus semelhantes (MORIN, 1973).

O pensamento ecológico, portanto, surge como resultado de uma “aliança” entre política, ciência e cultura, no contexto científico pós-moderno. A valorização da área de ciência, tecnologia e inovação é apontada como exemplo, uma vez que esse trinômio confirma a *lei do progresso irreversível* (MORIN et al., 1991b). Fenômeno esse que se enquadra na concepção moderna do avanço científico, fundado no princípio da ciência materialista, da razão leiga e da evolução histórica. Assim, tem uma nova arena de conhecimento (científico-tecnológico) que não reivindica mais a “pureza” científica tradicional. Ao contrário, esse novo campo de conhecimento aglutina e justapõe saberes de diversos outros campos, tanto teóricos como normativos e práticos (LEFF, 2009).

Desse processo resulta o que Morin denomina de *écologie libératrice*, que nasceu de uma aliança emergente entre as aspirações libertárias e antitotalitárias. Esse novo tipo de ecologia deve repensar as ideias e os métodos de análise social e epistemológica sobre o indivíduo, a espécie humana, a sociedade, a natureza e a cultura. Tal concepção contribuiu para a emergência de uma consciência ecológica, fazendo com que os saberes ecológicos transcendessem seu limitado campo científico de origem (a Ecologia como ramo da Biologia). São apontadas duas fases desse processo. Na primeira, de 1969 a 1972 (período que marcou a discussão sobre ambiente, em termos mundiais, com os documentos publicados pelo Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo), o debate suscita uma visão particularmente apocalíptica, com o anúncio de que o crescimento industrial conduziria a um desastre irreversível: o colapso do esgotamento dos recursos naturais. Na segunda, a partir do final da década de 1970, a consciência ecológica é consolidada com a ampla divulgação dos efeitos da poluição, resultado da industrialização. Esses dois marcos no debate

internacional sobre ambiente contribuíram para a afirmação da natureza do conhecimento científico-ecológico.

Morin sugere ainda que, para entender o ambientalismo como pensamento complexo, é fundamental a contribuição da Sociologia do Conhecimento. Só que, em sua opinião, uma sociologia que trate da complexidade do conhecimento, pois a sociologia convencional analisa o conhecimento de forma determinista – o determinismo das condições sociais, históricas, de contexto, de classe ou de *habitus*. Tudo isso, na realidade, são determinismos culturais que, em sua maioria, se originam na Biologia, como a ideia de reprodução, associada ao conceito de *habitus*, que não reflete, necessariamente, uma evidência sociológica ou antropológica (MORIN, 1991a, p.74)⁴.

O pensamento complexo “propõe o abandono do paradigma triunfalista de controle do real. Em seu lugar, o reconhecimento da irreduzibilidade da incerteza, dos princípios da incompletude do saber e da biodegradabilidade das verdades científicas” (STROH, 1998, p.44). As flutuações conceituais, as contradições, ambiguidades identitárias e oposições entre correntes de opinião, no âmbito do pensamento complexo, são consideradas elementos positivos, uma vez que o mesmo é movido por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado e o reconhecimento da força das incertezas, ambiguidades e processualidades (dimensão inacabada) do conhecimento.

Esse raciocínio está incluído na mesma visão de Edgar Morin (1994), para quem a complexidade é entendida como a ciência da organização dos contrários, ou seja, uma forma paradoxal de pensar a realidade e ainda um modo de tecer os fatos científicos com base não mais em dualidades, mas em paradoxos, pois a complexidade é o tecido organizador de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomênico e se apresenta com os traços inquietantes do inextricável, da desordem, da incerteza, do imprevisível.

Nessa ordem de ideias, entende-se, pois, a complexidade como a organização de aspectos, fatores e elementos identitários complementares, que, ao mesmo tempo, constituem opostos, ou seja, unidades que se opõem, mas que fazem parte de um mesmo

⁴ Trata-se, aqui, de uma crítica de Edgar Morin ao pensamento de Pierre Bourdieu, a exemplo de conceitos como *habitus* e reprodução social. Morin critica uma eventual noção implícita de determinismo e de visão genética.

sistema. Isto significa que as partes antagônicas e concorrenciais contribuem de forma positiva na organização de um sistema complexo, pois, “a complexidade reside na interrogação que podemos fazer quanto às condições, modalidades, limites e problemas colocados pelas complementaridades antagônicas e concorrenciais que organizam um sistema de investigação” (STROH, 1998, p.47).

O caráter relacional é a essência da complexidade e um profícuo campo para a compreensão e a análise dos fundamentos teórico-metodológicos do pensamento complexo aplicado ao exame das dinâmicas sociais, históricas e políticas dos movimentos ambientalistas. Isso implica apreender as variadas formas de construção social e difusão de suas ideias, bem como a inserção delas nos diversos setores sociais e suas práticas. Essa dimensão relacional da complexidade, segundo Morin (1994) e Stroh (1998), alberga em si mesma as ambiguidades e contradições que dinamizam as lógicas de produção social de consenso e dissenso. Nessa visão, a concepção de interdisciplina também contempla as tensões e conflitos que caracterizam tanto o campo teórico quanto as dinâmicas do campo experiencial de inserção das ideias ecológicas nas relações e práticas sociais (LIPSET, 1985; CARVALHO, 2006; LOPES et al., 2004). Segundo Morin (1994), todo sistema é fundamentado na sua substância relacional de pensamento, a exemplo da emergência do ambientalismo multissetorial brasileiro, como veremos a seguir.

Do ambientalismo monossetorial ao multissetorial

Morin procura na complexidade cultural da sociedade contemporânea as explicações para a emergência de um pensamento ecológico, inclusive nos processos de rupturas, os quais, a seu ver, assumem o papel de “*desvios inovadores*”, que criam as condições iniciais de uma transformação que pode eventualmente aprofundar-se – ou não. Para isso, ele parte do pressuposto de que Max Weber (1989) procurou, nos processos complexos de formação do capitalismo, as condições de emergência de uma racionalidade moderna, modeladora de valores, identidades e constituintes simbólicos. Para a compreensão do ambientalismo como pensamento complexo, segundo Morin, é necessário seguir o mesmo caminho de Weber, ou seja, encontrar no próprio capitalismo as condições

para a emergência da racionalidade ecológica, conforme será abordado na sequência. Antes, porém, é necessária uma breve contextualização sobre a evolução histórica, social e política das transformações pelas quais passou o ambientalismo brasileiro nas últimas décadas, considerando-se especialmente o período de 1970, da Conferência de Estocolmo, a 1992, da Conferência do Rio.

A própria trajetória em tela servirá para ilustrar a lógica de interdisciplina e complexidade, além de exemplificar a dinâmica sócio-histórica e política dos movimentos ambientalistas. Suas diferentes lógicas de ação efetiva estão associadas aos diversos modos concretos de difusão social de suas concepções. Essa configuração multifacetada e multicêntrica é um dos fatores que explicam seu potencial de inserção social nas relações cotidianas. Tal fenômeno é apontado na literatura sociológica como uma das explicações para a crescente ambientalização das práticas e das relações sociais (LOPES, 2004; CARVALHO, 2006). Nessa perspectiva, as tensões e conflitos são considerados inerentes ao processo social de ambientalização (ALONSO; COSTA, 2002; BARBANTI JR, 2002; FUKS, 1998; LIPSET, 1985). Isso implica considerá-los como catalizadores das sociodinâmicas de reinvenção do sujeito ecológico, de educação da percepção ambiental e de construção de uma visão ecocivilizatória com impacto na redefinição das moralidades ecológicas (CARVALHO, 2006; CARVALHO; STEIL, 2009; CARVALHO et al., 2011).

Essas concepções se tornam mais evidentes após a Conferência das Nações Unidas no Rio em 1992, quando houve uma ampliação da participação da sociedade civil em todo o mundo – o que também ocorreu no Brasil – com a emergência de novos atores sociais do ambiente, em um contexto sócio-histórico de distintas bases produtivas e de diferentes eixos de transformações sociais. Conforme Figueiredo (1996, p.120), é neste quadro de mudanças no cenário internacional que o ambientalismo se constitui “como força política tanto no que diz respeito à constituição de um corpo específico de valores, como na definição e agregação de atores com ele envolvidos”.

A diversificação dos atores sociais está diretamente relacionada com a complexificação do ambientalismo, numa perspectiva agregadora, apesar das incompatibilidades existentes, das disputas de interesses e por visibilidade. Como explica Barros:

A problemática ambiental também compreende uma alta diversidade de agentes sociais, na medida em que mobiliza a sociedade civil, o mercado, o Estado e o sistema político internacional. Entre os vários agentes envolvidos, incluem-se populações locais, potencial ou concretamente atingidas tanto pelos problemas de degradação ambiental como pelas iniciativas de intervenção contra estes; movimentos sociais ambientalistas e outros que também se engajam na questão ambiental, estabelecendo paralelos entre esta e seus temas mais específicos; organizações não-governamentais ambientalistas e outras que também se vinculam ao ambientalismo; comunidades científicas, partidos políticos e parlamentos; Estados, com seus governos e burocracias em vários níveis; organismos internacionais e supranacionais; agências multilaterais de financiamento; representantes do capital privado, desde pequenas empresas até grandes corporações (BARROS, 1996, p.124).

Essa rearticulação das forças ambientais trouxe vantagens, em função da ampliação dos agentes envolvidos, da visibilidade e da ampliação da consciência ecológica, entre outros fatores. Entretanto, esse cenário político polinucleado, com a predominância das retóricas conciliadoras, em prol do desenvolvimento sustentável, numa perspectiva de reconciliação da ecologia com a economia, também trouxe desvantagens, especialmente com o enfraquecimento dos movimentos ambientalistas de natureza mais radical. A institucionalização dessa perspectiva ambiental reprimiu as correntes mais revolucionárias, a exemplo das vertentes ancoradas no ecossocialismo ou no ambientalismo libertário e radical. Por outro lado, a perda do idealismo dos movimentos de inspiração radical pode ter sido compensado com o pragmatismo das organizações não-governamentais do ambiente, mais empenhadas em alianças em prol do desenvolvimento sustentável do que no confronto ideológico com o Estado e o os setores empresariais (VIOLA; LEIS, 1995).

Pensadores como Norberto Bobbio (1992) e Eric Hobsbawm (1995) chamam atenção para a relação do ambientalismo com uma rede de outros atores sociais. Para o primeiro autor, os movimentos em defesa da natureza não devem ser compreendidos como iniciativas isoladas e autônomas, mas como parte de um conjunto de movimentos em defesa dos direitos humanos, incluindo as liberdades individuais, os direitos

políticos e sociais. O ambientalismo, na visão de Bobbio se insere no âmbito dos chamados *direitos de terceira geração* (direitos étnicos, de gênero, de imigrantes, qualidade de vida, ecológicos etc.), ou seja, o direito relativo à natureza, no qual os sujeitos não são entendidos como indivíduos, grupos sociais, categorias profissionais ou instituições sociais. Em sua avaliação, nesses *direitos de terceira geração*, o sujeito é a própria humanidade. Hobsbawm complementa que esses movimentos apontam para reivindicações que exigem mudanças em toda a estrutura da sociedade e apelam para a adesão generalizada das pessoas e não apenas de categorias específicas. Os direitos ambientais são associados às reivindicações, campanhas e manifestações públicas em prol da paz, da qualidade de vida, da diversidade cultural, da integração sociocultural, do bem-estar geral da humanidade, independentemente de sua raça, religião, gênero ou nacionalidade.

Conforme a análise de Scherer-Warren (1996, p.144), foi esse aspecto de capilaridade e amplitude do ambientalismo que o impulsionou para a formação de redes inter, trans e multinacionais, com a contribuição de mais um elemento que amplificou a lógica das redes, que foi a multiplicação das possibilidades da comunicação eletrônica, especialmente com a internet. Como consequência dessa capilaridade, a autora chama atenção para um modo simbólico peculiar de agir na esfera pública, com a instituição de novos códigos “criados de acordo com a ideia de uma comunidade idealizada, de uma utopia do que seria um mundo ecologicamente melhor, para a realização de uma cidadania planetária” (SCHERER-WARREN, 1996, p.144).

Nesse contexto, destaca-se um conjunto de estratégias dos atores sociais que incluem o ambientalismo em seu campo de ação: (a) parcerias com o poder público e com organizações privadas; (b) pressões institucionais; (c) intervenção na opinião pública; (d) estímulo à vigília cidadã. Na prática, todas essas estratégias se combinam. A primeira tem como meta a adesão de representantes de instituições governamentais com poder de decisão e intervenção nas políticas públicas, como conselhos municipais e prefeituras. A segunda é voltada para a alteração ou proposição de normas, leis, acordos internacionais e agendamento de debates, conferências e fóruns deliberativos sobre o assunto. A terceira prioriza a realização de protestos, campanhas, manifestos e eventos diversificados, com o intuito

de ampliar a visibilidade aos temas ambientais, segundo o enquadramento das organizações ambientalistas. A última tenta prolongar o resultado das anteriores, com a instrumentalização da ação política organizada por grupos menores, a fim de cobrar a aplicação e a efetividade de medidas políticas, legislativas ou de ações governamentais. Os movimentos verdes tentam transformar os cidadãos em “fiscais da natureza” (SCHERER-WARREN, 1996).

Nessa linha de pensamento, o movimento ambientalista é classificado como um movimento *histórico e multissetorial*, vinculado às origens da ecologia política no Brasil (PÁDUA, 1986). Uma das marcas dessa trajetória, largamente ressaltada na literatura especializada, é a perspectiva das tensões e conflitos inerentes às dinâmicas de organização e às lógicas de ação social dos movimentos ecológicos (ALONSO; COSTA, 2002; BARBANTI JR, 2002; FUKS, 1998; LIPSET, 1985). Tal visão, contudo, é inteiramente compatível com a tese da interdisciplina aplicada à análise da perspectiva do ambientalismo multissetorial (VIOLA; LEIS, 1995). Não podemos perder de vista o horizonte sócio-histórico e político que mostra exatamente como as dinâmicas relacionais entre os diversos segmentos provocaram tensões, disputas e conflitos, mas também promoveram confluências. Assim, é importante observar como a aglutinação de diversas forças sociais (embora nem sempre harmoniosas), ao longo do tempo, causou transformações e impulsionou o movimento ambientalista em direção a uma configuração multissetorial e complexa, que reúne não só os ecologistas radicais de cariz conservacionista-biocêntrica, mas também outros movimentos sociais preocupados com a insustentabilidade socioambiental, o crescimento populacional e a ocupação desordenada do solo urbano, a geração de tecnologias ecologicamente eficientes, a geração de energias renováveis e o debate sobre hábitos de consumo menos degradantes (VIOLA; LEIS, 1995).

Nessa visão, o ambientalismo é concebido como força transformadora da história e elemento essencial à constituição de uma nova identidade cultural, devido a seu potencial para provocar reflexão na sociedade e redefinir valores, comportamentos e identidades. Assim, na interpretação de Alexandre (2000), a tese de Viola e Leis encontra respaldo na teoria da ‘agenda aquisitiva’ de Ronald Inglehart (1990), a qual confere importância decisiva ao elemento cognitivo para explicar

as mudanças políticas a partir do segundo pós-guerra⁵. Dessa forma, o ambientalismo funda uma nova ordem simbólica de necessidades, que transcende a esfera material e aponta para valores intangíveis.

Essa nova ordem reforça a tese da interdisciplina e da complexidade, especialmente no que se refere à configuração relacional entre um amplo quadro hermenêutico de referência representado pelo pensamento ecológico em sua dimensão global e as dinâmicas descentralizadas, fragmentadas e localizadas das lógicas de organização e atuação dos movimentos ambientais. O quadro geral de referência, calcado em valores abrangentes como a sustentabilidade, o consumo responsável e a ética da responsabilidade socioambiental não implica, necessariamente, relações e práticas sociais homogêneas e indiferenciadas. Ao contrário, a tese do ambientalismo multissetorial complexo, de Viola e Leis (1992), reforça a visão de interdisciplina, ao considerar que houve relativa ampliação dos focos de interesse sobre ecologia, incluindo: (a) setores do *empresariado* voltados para a inclusão do critério do desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos; (b) grupos e *instituições científicas* que elegem como prioridade de pesquisa a sustentabilidade; e (c) *instituições governamentais* para a proteção ambiental, desenvolvendo atividades de fiscalização e certificação ambiental.

Segundo essa visão, o *ambientalismo multissetorial complexo* teria rompido as barreiras ideológicas e a identidade radical e permitido a constituição de uma rede com a participação de diferentes atores sociais, como movimentos políticos, sociais, empresariais e científicos, além de agências governamentais ou internacionais. Essa rede é que teria gerado as condições sociais e culturais necessárias para a difusão ampla e transversal dos valores ambientalistas, tornando a ecologia um tema simbólico horizontal, ou seja, de interesse geral (VIOLA; LEIS, 1995).

A tese do multissetorialismo, contudo, não é unanimidade, o que justifica uma breve abordagem sobre as principais críticas.

⁵ Segundo Alexandre (2000), a tese de Inglehart se baseia na psicologia existencialista de Abraham Maslow, especialmente no que se refere à hierarquia das necessidades humanas. Para Inglehart, assim como para Maslow, a causa das importantes mudanças sociais estaria diretamente relacionada com o fabuloso desenvolvimento econômico deste período, razão que teria possibilitado incrementos significativos nas áreas da educação e tecnologia nos países centrais do capitalismo. A sociedade do bem-estar social gerou, assim, uma nova disposição cultural e uma atitude política que vieram a desafiar a postura política das elites. O modo de fazer política inverte-se, passando da direção das elites, quando se pressupunha um público passivo, porque pouco educado e, portanto, com poucas necessidades satisfeitas, para um contexto de pressão advinda de um público fortemente reivindicante, o que dificultaria a permanência da confortável situação de manipulação e arregimentação por organizações e líderes políticos.

O trabalho de Viola e Leis é avaliado por Agripa Faria Alexandre (2000) como contribuição teórica que se destaca pelo potencial analítico e singular, com larga utilização de material empírico. Entretanto, Alexandre critica a interpretação do movimento ambientalista brasileiro como um movimento *histórico e multissetorial*. Em contraposição, a pesquisadora apresenta a teoria do *ambientalismo político, seletivo e diferencial*, com ênfase para as disputas, divergências e conflitos identitários. Conforme sua análise, a teoria do *multissetorialismo* pressupõe, equivocadamente, harmonia entre os diferentes atores dos movimentos ambientais, como se fosse uma pluralidade simbólica convergente. Na avaliação de Alexandre, a interpretação do *movimento histórico e multissetorial*, traçada por Eduardo Viola e Ricardo Leis, não consegue explicar o desenvolvimento histórico e político do movimento ambientalista. Sua hipótese consiste em demonstrar que existem mais conflitos do que convergências entre os diferentes segmentos dos movimentos ambientalistas, exemplificados com as oposições entre os movimentos ecoconservacionistas e os ecopreservacionistas e os conflitos entre os ecocapitalistas e os ecossocialistas (ALEXANDRE, 2000, 2004).

A perspectiva do conflito⁶ também constitui o foco dos estudos de Mário Fuks (1998), embora o autor a adote como alavanca para o debate público e a definição de arenas de ação. Nessa concepção, Fuks considera o conflito inerente à vida social e política, a qual constitui uma ampla arena argumentativa, espaço público no qual os partidos políticos, os grupos organizados e o governo participam de um permanente processo de debate. Ao analisar as teorias sobre conflitos ambientais, Barbanti Júnior (2002) ressalta que os enfoques derivados da perspectiva do consenso adquiriram maior projeção porque são compatíveis com as preocupações ambientais que passaram a ter maior destaque, nos últimos anos, no plano internacional. Afinal, na avaliação do autor citado, embora haja um *ethos* ambientalista calcado em valores éticos e simbólicos universais, a defesa do ambiente também encontra respaldo na dimensão liberal, visto que os processos produtivos, em sua maioria, dependem da natureza. A

⁶ Lipset (1985) identifica duas importantes escolas de pensamento no mundo ocidental, as quais influenciam o modo de se analisar os problemas sociais: a perspectiva do conflito e a de consenso. Conforme o autor, a primeira é herdeira da tradição sociológica marxista como Karl Marx, Friedrich Engels, Max Horkheimer, Louis Althusser, Antonio Gramsci, entre outros. A segunda, por sua vez, alberga visões funcionalistas sistêmicas, cujos expoentes foram Émile Durkheim e Talcott Parsons.

própria noção de sustentabilidade remete a esse enquadramento, uma vez que alerta para o risco da escassez, que poderá afetar a reprodução da natureza e da própria vida humana.

Alonso e Costa (2002) também criticam a teoria do *multissetorialismo*, mas devido ao pressuposto ecocêntrico de progressiva adesão dos atores sociais a valores ambientalistas, como se houvesse um amplo consenso aglutinador desses atores em torno dos ideais de desenvolvimento sustentável. Para esses estudiosos, é questionável supor que esse imaginário consiga superar todos os repertórios contenciosos em prol dessa adesão quase inevitável. Por outro lado, ressaltam que o ambientalismo apresenta como característica peculiar um elevado poder centrípeto, ou seja, é capaz de aglutinar diferentes questões. Para os autores mencionados, não existe “conflito ambiental puro”, uma vez que os problemas ecológicos sempre estão atrelados a cadeias, a ecossistemas naturais ou sociais. Assim, um conflito ambiental geralmente está associado a problemas fundiários, agrícolas, urbanísticos, culturais, de saúde pública, entre outros. Dessa vocação do ambientalismo para interrelacionar (interdisciplina) é que deriva sua natureza multissetorial, explicam Alonso e Costa (2002).

Apesar das críticas, Eduardo Viola e Ricardo Leis reafirmam sua tese do *multissetorialismo complexo* em estudos posteriores, com ênfase para a lógica da cooperação entre os movimentos ambientalistas. O argumento consiste na ressalva de que embora existam no ambientalismo forças associadas ao mercado e ao Estado, deve-se registrar como um dado sumamente sugestivo “a razoável convivência, ao longo do tempo, de todas suas diversas vertentes e a predominância da cooperação por cima do conflito” (LEIS, 1999, p.140). Assim, segundo a lógica multissetorial, a concordância é inerente ao pensamento ecocêntrico. Para os defensores dessa concepção teórica, as várias vertentes e setores do ambientalismo têm entre eles uma concordância num plano profundo, a qual permite aos diversos atores ser cooperativos apesar de suas diferenças e antagonismos identitários:

Essa *concordância das diferenças* (grifo original) não remete a nenhuma razão universal que determina o papel das particularidades com rigor lógico-instrumental. Essa concordância está na forma de perceber e entender o mundo, mas não no conteúdo que é percebido e entendido. A concordância se faz

possível porque o ambientalismo aponta sempre, em todas as suas variantes, a produzir englobamentos hierárquico-solidários de todos os aspectos da realidade. Em outras palavras, o *ethos* do ambientalismo iguala e hierarquiza os diversos aspectos da realidade ao mesmo tempo (...) (LEIS, 1999, p.151).

O princípio da *concordância das diferenças*, destacado na citação acima, é mais um elemento que reitera e confirma a tese da interdisciplina e da complexidade e seu valor heurístico para a análise das contradições, conflitos e tensões já destacados anteriormente. Em suma, a *teoria do ambientalismo multissetorial complexo* não exclui a possibilidade de conflitos e disputas de valores e de identidades. Contudo, põe em relevo, em perspectiva histórica, a formação de convergências de abordagens, a partir de contribuições das Ciências Naturais, das Ciências Sociais, da sociedade civil, das organizações não-estatais, do Estado, das religiões, das culturas tradicionais e do mercado. Após a análise da literatura, inferimos que a força da tese multissetorial está em suas bases que admitem complexidade, transversalidade, capilaridade. São vários ecologismos, inclusive com disputas internas e busca por visibilidade na esfera pública, mas todos apontam para um horizonte simbólico similar de compreensão dos problemas ambientais do mundo contemporâneo, seja na perspectiva ecoconservacionista, ecopacifista, ecossocialista ou ecodesenvolvimentista. Em resumo, a teoria mencionada reforça a ideia do ambientalismo como interdisciplina sociocultural e como pensamento sociopolítico complexo.

Em suma, as críticas dos autores que refutam a tese do multissetorialismo não são suficientes para invalidá-la. Afinal, na perspectiva de Morin, a inclusão de paradoxos⁷ é que revitaliza o pensamento complexo. Logo, nessa concepção, os *ambientalismos político, seletivo e diferencial* seriam compatíveis com a tese da interdisciplina e da complexidade, sob a égide da *concordância de diferenças* e a dialética entre forças contenciosas e aglutinadoras.

⁷ Na visão da complexidade, paradoxo é diferente de contradição. Um paradoxo implica várias concepções em debate (para + *doxa*, ou seja, opiniões em paralelo e não em oposição). Ao contrário da contradição, o paradoxo enriquece e amplia a polissemia da discussão.

Considerações finais

As teorias predominantes na constituição do ambientalismo como interdisciplina e como pensamento complexo combinam referências que vão do pensamento social clássico às abordagens do pensamento social contemporâneo. Essa configuração de interdisciplina, contudo, não exclui as diferentes relações de poder entre os variados espaços socioambientais, com suas dinâmicas próprias de atuação e suas lógicas de adesão e contestação. Portanto, o saber desenvolve-se num campo de interesses em disputa, num campo de conflitos (BOURDIEU, 1983). No caso das vertentes em análise, o que se percebe é que cada uma delas é gestada no interior de um campo de poder, seja o Estado, seja a comunidade científica, sejam as entidades não-governamentais ou os partidos políticos. Assim, reitera-se que no campo ambiental existem redes diversas e complexas de poderes e identidades, envolvendo diferentes atores como cientistas, tecnólogos, órgãos governamentais e não-governamentais, ecomilitantes, jornalistas, empresários e investidores. Em outras palavras, como ressalta Figueiredo (1996, p.120), “como qualquer força que atua nas sociedades, o ambientalismo está sujeito a resistências e oposições que o desafiam, diversificam e redefinem”. Isso, contudo, não invalida o caráter heurístico da concepção de ambientalismo como interdisciplina social e pensamento complexo.

Atualmente, há estudos que apontam o ambientalismo como um campo de poder cada vez mais estruturado, organizado e centralizado, no plano da agenda global, embora com fragmentações do ponto de vista das agendas setoriais. Como ressalta Flávia Lessa de Barros (1996, p.127), embora a ascensão do ambientalismo se tenha realizado de forma ampla e difusa, com a inserção de uma diversidade de segmentos sociais, em diferentes regiões, sua consolidação vem ocorrendo através de um processo de (re)definição de identidades e centralização de poderes, “em que determinados agentes tornam-se cada vez mais estratégicos”. Na medida em que o ambientalismo deixou de ser associado apenas a um modelo marginal, alternativo e radical de organização social, passando a integrar uma nova face da racionalidade econômica global. Assim, a centralização ocorre por meio de agentes-núcleos. Nesses núcleos é que estão as estruturas de segmentação e aparente fragmentação, mas

também um grande potencial de dinamização e de renovação das práticas ecológicas, a partir do quadro geral de referência já mencionado.

Desse modo, trata-se de um campo polinucleado e multirreferenciado de poder, no qual os principais agentes e suas identidades se traduzem em núcleos que atuam como matrizes geradoras e difusoras de valores e sentidos que conformam ideários, lógicas, modelos de intervenção, regras e normas que orientam a criação de novos direitos e deveres, além de sistemáticas de financiamento, princípios éticos, critérios e recomendações básicas para a formulação de políticas ambientais globais, nacionais e locais. O processo de centralização e estruturação desse tipo de poder que emerge a partir do ambientalismo pode ser compreendido como “um processo de estruturação do poder de influência e disciplina sobre várias formas de poder – econômico, político, ideológico, jurídico, científico, tecnológico – que devem agora considerar ou incorporar o paradigma ambiental para redefinir o modelo de desenvolvimento e sua agenda” (BARROS, 1996, p.129).

Essa lógica centralizadora atua principalmente no plano normativo, no sentido de oferecer orientações gerais, mas sem invalidar as dinâmicas locais, suas tensões e fragmentações. A dinâmica atual envolve diferentes esferas, como os movimentos sociais novos, ONGs, organizações intergovernamentais (OIGs), movimentos ecologistas transnacionais (METs), movimentos ecologistas nacionais (MENs), movimentos ecologistas comunitários (MECs), Estado, partidos políticos e comunidade científica (SCHERRER-WARREN, 1996).

A conjunção de tantos e diferentes atores sociais se justifica pelo fato de que o ambientalismo, como quadro hermenêutico de referência geral, se apresenta como portador de valores e interesses que se sobrepõem às diferenças de nacionalidade, região, gênero e classe social. Não há mais uma identidade segregadora geral, mas aglutinadora, na perspectiva da complexidade simbólica e da interdisciplina sociocultural, com sua natureza relacional e paradoxal, com uma ecologia das ideias que abriga e fomenta as polissemias contidas nas discordâncias, nas tensões e nos conflitos. Dessa forma, confirma-se mais uma vez o pressuposto da interdisciplina como quadro hermenêutico de referência, que não limita nem fecha os horizontes de compreensão das temáticas ambientais. Ao contrário, esse

quadro permite e estimula a contínua renovação dos acervos e repertórios de sentidos sociais e culturais, que se cruzam e entrecruzam, como é próprio das dinâmicas socioculturais de (re)estruturação, hierarquização e renovação, na perspectiva da antropologia transnacional (HANNERZ, 1997). As críticas ao ambientalismo multissetorial, portanto, reforçam a tese da interdisciplina e da complexidade.

BARROS, A. T. Environmentalism as sociocultural interdiscipline and complex thought. *Perspectivas*, São Paulo, v.44, p.63-91, jul./dez. 2013.

■ **ABSTRACT:** *This article analyzes the socio-cultural environmentalism as interdisciplinary and complex thinking, which means understanding it as an area of knowledge related to other fields of social sciences. This implies multirreferenciaded vision of social systems, culture and nature, resulting in a construction of heterogeneous symbolic constituents. As an expression of this complexity takes on environmental thinking developed in the Brazilian's context, in its multisectoral aspects, characterized by the involvement of multiple actors and social, cultural and political discourses. In short, it is a social thinking which involves the construction of meaning and collective identity within a shared complex marked by the redefinition of meanings and values.*

■ **KEYWORDS:** *Society and culture. Environment and society. Interdisciplinary and sociocultural ideas. Complexity and ecopolitics.*

Referências

ALEXANDRE, A. F. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista*. Florianópolis: Editora UFSC, 2000.

_____. *Políticas de resolução de conflitos socioambientais*. Florianópolis, Editora UFSC, 2004.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: CLACSO, p. 115-135, 2002.

BARBANTI JÚNIOR, O. *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BARROS, A. T. de. Filosofia e educação: encontros na reflexão sobre ambiente. *Revista portuguesa de filosofia*. Braga, v.68. n.1-2, p.223-242, 2012.

BARROS, F. L. Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. *Sociedade e estado*. Brasília, v.21, n.1, p.121-137, jan./jun. 1996.

BENJAMIN, C. *Diálogo sobre ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOKTIN, D. B. Qual ecologia para o século XXI? In: BARRÈRE, M. *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, p.15-26, 1992.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, p.122-155, 1983.

CARVALHO, I. C. M. as transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. *Revista brasileira de educação*, v.11, n.32, p.308-315, 2006.

CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. *Educação & realidade*. Porto Alegre, v.34, n.3, p.81-94, 2009.

CARVALHO, I.C.M. et al. A missão ecocivilizatória e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. *Ambiente & sociedade*, Campinas, v.14, n.2, p.35-49, 2011.

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.59-74, 2005.

DURKHEIM, E. *Lições de sociologia*. São Paulo: Quero, 1983.

FIGUEIREDO, V. *Produção social da tecnologia*. São Paulo: EPU, 1989.

_____. Globalização, meio ambiente e novos atores sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, jan./jun., p.119-120, 1996.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v.41, n.1, 1998.

GUIMARÃES, R. P. *Ecopolitics in the Third World: an institutional analysis of environmental management in Brazil*. Connecticut: University of Connecticut, 1986.

GUATARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1993.

INGLEHART, R. *Cultural shift in advanced industrial society*. Princeton: University Press, 1990.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & realidade*, v.34, n.3, p.17-24, 2009.

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis; Florianópolis: Vozes; Editora UFSC, 1999.

LIPSET, S. M. *Consenso e conflito*. Lisboa: Gradiva, 1985.

LOPES, J. S. L. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 2004.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.7-39, 1997.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACULAN, A. M. A política brasileira de ciência e tecnologia. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, n.43, novembro, 1995.

MORIN, E. *Le paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

_____. *La méthode: les idées*. Paris: Éditions Seuil, v.4, 1991a.

_____. La pensée écologisée. In: _____ et al. *Un nouveau commencement*. Paris: Éditions du Seuil, p.179-193, 1991b.

_____. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1994.

PÁDUA, J. A. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1986.

PEREIRA ROSA, G. *A Quercus nas notícias*. Porto: Porto Editora, 2006.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHWAAB, R. Circuitos interpretativos do jornalismo e um princípio ecológico para o fazer. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. *Anais...* Curitiba, p.1-16, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p.139-48, 1996.

STROH, P. Y. *Fitzcarraldo e a Agenda 21: desafios da sustentabilidade amazônica*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.45-98, 1995.

VIOLA, E.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 73-102, 1992.

_____. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.134-160, 1995.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.

